

AVISO DE PRIVACIDADE

1. Apresentação:

A Fundação de Beneficência Hospital de Cirurgia - FBHC, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 13.016.332/0001-06, situada na Av. Desembargador. Maynard, 174 - Cirurgia, Aracaju - SE, mantenedora do Hospital de Cirurgia (HC), configura como controlador, nos termos da Lei 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, portanto, responsável pelo tratamento dos dados dos clientes/usuários assim como demais titulares de dados pessoais que utilizam os serviços do HC.

O presente Termo tem como objetivo informar, de maneira objetiva e transparente, como os dados pessoais são tratados pelo HC, quais as finalidades do tratamento, quais são os dados coletados, sobre o compartilhamento, as medidas de segurança adotadas além dos direitos e deveres dos titulares dos dados pessoais e foro para reclamações, em caso de possíveis violações dos direitos, nos termos da LGPD. Recomendamos a leitura cuidadosa deste documento.

2. Para um melhor entendimento, apresentamos as seguintes definições:

Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD): órgão da administração pública federal responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados em todo o território nacional.

Banco de dados: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico.

Base legal: trata-se da hipótese que autoriza o tratamento dos dados, ou seja, que dá condições, estabelecidas pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), consentindo a coleta e tratamento dos dados pessoais dados pessoais sensíveis.

Bloqueio: suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados.

Cliente/usuário: pessoa natural que utilizar os serviços ofertados pelo Hospital Cirurgia

Consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.

Controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

Dado anonimizado(anonimização): dado relativo ao titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.

Dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável. Um dado pessoal é aquele que permite a identificação, direta ou indireta, da pessoa à qual o dado se refere, por exemplo: nome, CPF, RG, CNH, carteira de trabalho, passaporte, título de eleitor, endereço pessoal, telefone pessoal, *cookies* e endereço IP.

Dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

Eliminação: exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado.

Encarregado/DPO: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Integrantes: Aqui denominados os membros do conselho da FBHC, dirigentes estatutários, diretores, corpo clínico, estudantes, residentes, corpo docente, estagiários, jovens aprendizes, voluntários, clientes, agentes públicos e terceiro.

Integridade dos dados: Políticas de acesso para que o dado não seja comprometido ou alterados.

Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD): Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Logs: Registro de atividades e eventos gerados quando acessa o sistema operacional ou algum serviço (ex: serviço VPN) específico, são arquivos de texto.

Operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

Parceiros: Prestador de serviços do HC

Servidores redundantes: Dois servidores respondendo por uma atividade (serviços de *login* - autenticação e autorização) sendo que um funciona como suporte (retaguarda) para o outro e com isso não acontece indisponibilidade de serviços.

Storage: Área de armazenamento onde ficam os diretórios, arquivos, pastas e sub-pastas, *backup* de forma hierárquica e controlável, com políticas de acesso bem configuradas.

Titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.

Tratamento de dados: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

Uso compartilhado de dados: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entes privados.

Rede Virtual Privada (VPN): Descreve a oportunidade de estabelecer uma conexão de rede protegida ao acessar ao usar a rede pública (internet) para acessar a rede privada do hospital.

3. Sobre o tratamento dos dados pessoais

Para que o Hospital de Cirurgia (HC) possa atender em qualquer serviço ofertado, é necessário o tratamento dos dados pessoais do titular, e esses dados variam de acordo com a necessidade de cada serviço.

Os dados podem ser fornecidos pelo titular que deve prestar as informações corretas, verídicas e atualizadas.

O HC não é obrigado a tratar dado pessoal que infrinja qualquer lei aplicável.

O HC pode ainda receber dados pessoais por terceiros, ou seja, compartilhados por parceiros, prestadores de serviços, base de dados de instituições públicas de serviços relacionados ao titular e todos serão tratados de acordo com as disposições apresentadas nesse Termo, como também a coleta automática realizada por meio de alguma tecnologia adotada, como por exemplo *cookies*, ao acessar o site do hospital para pesquisa.

Segue abaixo informações sobre os serviços ofertados, as bases legais, os dados pessoais coletados e a finalidade para cada serviços e ou atividade realizada pelo HC:

3.1 Área da Assistência à Saúde

3.1.1 Base legal: Para tutela da saúde

3.1.2 Dados pessoais e dados pessoais sensíveis tratadas dependendo de cada serviço abaixo: Nome, data de

nascimento, RG, CPF, Cartão do SUS ou do convênio, raça, religião, estado civil, endereço, telefone, dados clínicos, prontuário médico, exames clínicos e complementares.

3.1.3 Finalidade:

- Internação hospitalar;
- Realização de procedimentos cirúrgicos;
- Realização de consultas médicas e com demais profissionais de saúde;
- Realização de exames clínicos e complementares (laboratoriais, imagem e métodos gráficos, etc);
- Demais procedimentos ambulatoriais e de internação;
- Cadastro de acompanhante/visitante.

3.2 Área Administrativa

3.2.1 Bases Legais: Legítimo Interesse do Controlador; Obrigação legal ou regulatória; Preservar a vida e incolumidade física; Execução de contratos; Condução de atividades que visam prevenir a ocorrência de fraudes; Consentimento do titular:

3.2.2 Dados pessoais tratados dependendo de cada atividade abaixo:

Nome, CPF, RG, endereço, e-mail, cartão do SUS, telefone, número do prontuário, dados bancários, imagem de câmeras nas áreas comuns, biometria, demais dados específicos em atendimento a outras legislações no caso de contratação de pessoal no regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

3.2.3 Finalidade:

- Cumprimento de normas para contratualização com serviços públicos (Sistema único de Saúde - SUS)
- Subsidiar auditorias, prestações de contas de instituições parceiras ou
- órgãos de controle/fiscalização;
- Cumprimento de obrigações decorrentes de legislações específicas (CONARQ, ANVISA, etc.)
- Subsidiar ações em processos judiciais ou administrativos;
- Tratamento de demandas registradas na Ouvidoria e Canal de Denúncias do Hospital de Cirurgia e realização de pesquisa de opinião;
- Contratação de pessoal;
- Celebração e execução de contratos e ou convênios;
- Imagem das câmeras de segurança e monitoramento (CFTV)
- Cadastro e acesso aos serviços, sistemas internos e aplicativos do Hospital Cirurgia;

3.4 Ensino, Pesquisa e Extensão

3.4.1 Base Legal: Fins acadêmicos aplicando-se os artigos 7º e 11º da Lei 13.709/2018 - LGPD

3.4.2 Dados pessoais: Nome, endereço, CPF, RG, Registro do Conselho de Classe, dados acadêmicos, telefone, e-mail, biometria.

3.4.3 Finalidade:

- Para atividades de ensino, pesquisa e extensão de alunos, professores e preceptores de graduação e pós-graduação.

4. Do compartilhamento dos dados pessoais

O compartilhamento dos dados pessoais é realizado em cumprimento de obrigações legais e regulatórias em atendimento a assistência à saúde, a gestão de recursos humanos e do ensino, da pesquisa e extensão, de

acordo com a finalidade e necessidade de cada serviço ou atividade, obedecendo o previsto nas normas e legislações específicas. Podem ser compartilhados entre setores internos obedecendo cada finalidade, assim como com prestadores de serviços, com parceiros de negócios, com fornecedores, com órgãos de regulação e controle, com instituições financeiras, por força de contratos e ou convênios com a administração pública em obediência a ações judiciais ou administrativas.

5. Do tratamento dos dados pessoais de crianças e adolescentes

Os dados pessoais de crianças (de 0 a 12 anos de idade incompletos) e adolescentes (de 12 a 18 anos de idade), são coletados com o consentimento dos pais ou representantes legais.

As informações sobre a tratamento dos dados pessoais para o consentimento dos pais ou responsáveis, devem ser claras, objetivas e de maneira simples.

O tratamento dos dados pessoais e sensíveis ocorrerá sempre levando em consideração as bases legais e a finalidade.

6. Da proteção dos dados

O HC adota medidas de segurança técnicas e administrativas de modo a garantir a privacidade e confidencialidade dos dados pessoais dos titulares.

As medidas de segurança cumprem as legislações pertinentes ao correto uso dos dados pessoais.

7. Do uso de *cookies*

Os *cookies* são utilizados para navegação dos usuários no site do HC, mas os dados pessoais não ficam armazenados.

8. São direitos do cliente/usuário do Hospital Cirurgia, contemplados na LGPD:

- Acesso aos dados e como são tratados;
- Correção dos dados que estejam incompletos, incorretos ou desatualizados;
- Eliminação dos dados excessivos, desnecessários ou em desconformidade com as leis aplicáveis
- Anonimização dos dados, que é a forma de não identificar o titular do dado, quando necessário;
- Requerer a portabilidade dos seus dados;
- Solicitar eliminação dos dados, exceto nas hipóteses de guarda legal ou disposta em regulamentações específicas;
- Obter informações sobre entidades públicas e privadas com as quais os dados são compartilhados, ressalvadas as exceções previstas em lei;
- Obter informações sobre a possibilidade de não fornecer o seu consentimento, quando aplicável, e eventuais consequências da negativa, assim como possibilidade de sua revogação.

As solicitações de informações ou acesso aos direitos acima elencados, podem ser feitas por escrito mediante e-mail direcionado para o Encarregado/DPO: encarregadodedados@hospitaldecirurgia.com.br.

O encarregado ou Data Protection Officer (DPO), de acordo com a LGPD e com a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), é o responsável por receber as reclamações e comunicações dos titulares dos dados assim como adotar as medidas previstas na lei.

Na hipótese que de não seja possível o atendimento da solicitação, a resposta será justificada levando em consideração as normas e legislações vigentes.

9. São deveres do cliente/usuário do Hospital Cirurgia

- O cliente/usuário, durante a utilização dos serviços ofertado pelo HC, se compromete a fornecer apenas seus dados pessoais.
- Os dados de terceiros serão aceitos somente nos casos de representante legal em virtude de condição de idade, estado de saúde ou amparado por Lei e nesse caso, o cliente/usuário é o responsável pela veracidade e atualização das informações do tutelado.
- No caso de necessidade de uso de *login* e senha, para acessar sistemas ou aplicativos disponibilizados pelo HC, somente o usuário cadastrado poderá ter acesso uma vez que a senha é pessoal e intransferível, sendo o responsável pelo uso indevido do compartilhamento.

10. Transferência Internacional de dados

A transferência internacional de dados poderá ocorrer com países cujas leis atendem ao que preconiza a LGPD e para atender uma base legal aplicável que contemple instituições de saúde e ou pesquisa.

11. Segurança dos dados

A segurança dos dados é realizada por processos internos (Setor de Tecnologia da Informação -TI) com ênfase para se obter administração e gerenciamento das credenciais (login e senha) dos colaboradores e parceiros (prestadores de serviço), onde o login e senha, acesso local e conexão remota por VPN estão armazenados em banco de dados e registrados por *logs* de acesso para uma possível auditoria da própria TI, a TI utiliza-se de servidores redundantes e auto escaláveis com isso temos redundância e alta disponibilidades dos serviços oferecidos e homologados pela instituição.

12. Armazenamento dos Dados Pessoais

O armazenamento de dados é realizado, e forma controlada e segura, localmente nos servidores internos (TI) e replicados para os *storages* (unidade de armazenamento), com políticas bem definidas de acesso e tempo de retenção, para que seja viabilizado sempre o espaço disponível e a integridade dos dados.

13. Legislação Aplicável e alterações

Este aviso foi elaborado com base na Lei Federal nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). O Hospital de Cirurgia reserva o direito, quando necessário, de modificar, alterar, acrescentar ou remover partes DESTA AVISO a qualquer momento.